

CATÁSTROFES FIDUCIÁRIAS: O VALOR ONDULATÓRIO DO DINHEIRO

JOSÉ AUGUSTO MOURÃO *
JOSÉ CASQUILHO **

RESUMO

Analisa-se aqui o texto inserto no capítulo « O preço» (pag: 104,105) do livro *O dinheiro – donde veio, para onde foi* de J.K. Galbraith, segundo o método morfo-semiótico. Analisam-se as figuras da correcção técnica, recessão, depressão, crise e pânico segundo as variações notadas ao longo da sua discursificação. Estas variações permitem concluir da correspondência morfodinâmica entre figurações dos objectos-valor em circulação e os contratos fiduciários que lhes subjazem. A figura da «crise» é sujeita aqui a uma retórica da atenuação que a converte sucessivamente em figuras mais «ténues» de modo a desactivar o efeito de retroacção produzido sobre a expectativa do corpo social.

«Uma crise no campo das doenças ou é uma exacerbação, ou um enfraquecimento, ou uma metaptose numa outra afecção, ou o fim».

HIPÓCRATES

«À l'autre bout des temps, 'aujourd'hui', si l'on veut, la confiance, la créance, la fidélité, rejetons de la croyance, continuent à rendre possible l'entretien des hommes, l'interlocution, les échanges».

MICHEL DEGUY

«A imagem habitual do ciclo económico era a de um movimento ondulatório, e as ondas do mar eram a metáfora aceite».

JOHN K. GALBRAITH

* Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

** Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Um olhar sobre a comunidade semiótica moderna (paradigmas, correntes) de um ponto de vista genético reduz a quatro as várias correntes e subcorrentes. Reconhece-se a «lógica da linguagem» (o paradigma de Saussure-Hjelmslev-Greimas, ou o «estruturalismo»), a «lógica do pensamento» (representada no paradigma de Locke-Peirce-Morris-Bense), que inclui alguns outros campos de vizinhança), a lógica «biológica» (ou «lógica da vida», representada no paradigma de Uexküll-Sebeock, bio-evolucionista ou biogenética) e a lógica «sociológica» (ou «lógica da sociedade»), representada no paradigma Bakhtine-Rossi-Landi, sócio-evolucionista, também conhecida como semiótica sócio-genética). O último paradigma enfatiza claramente a socialidade e a historicidade dos signos e o seu uso. Noiré baseia a linguagem e a significação na actividade comum (*sympraxis*) – é esse reconhecidamente o ponto de vista de Vygotsky na sua teoria sócio-semiótica. O pai fundador desta corrente é, contudo, Bakhtine que desenvolveu uma teoria do signo anti-saussureana baseada na «dialogicalidade». Há, pois, uma constelação de semióticas, logo uma diversidade de pontos de vista sobre a signicidade.

À primeira vista o texto que pretendemos analisar devia sê-lo mais na perspectiva sócio-semiótica do que em qualquer uma das outras. Com efeito, este texto põe a descoberto o dispositivo em que se exerce a retórica – o trabalho da língua, identificada como «agente de interesses económicos» e actante de transformação (de redefinição semântica) da «crise» segundo o princípio organizador da retórica. Chamaremos retórica da atenuação a essa operação. A perspectiva desenvolvida pelo paradigma catastrofista e pela semiótica dinâmica confirmam claramente esse processo de criação de realidade através da linguagem. Começaremos por uma breve resenha daquilo que caracteriza o paradigma catastrofista, passando a seguir à concepção do valor e da fidúcia em semiótica dinâmica.

O paradigma catastrofista

O paradigma catastrofista emerge a partir dos trabalhos de René Thom¹, desenvolvidos posteriormente em espectro largo por Jean Petitot². O campo conceptual em que o paradigma se coloca é de raiz físico-matemática. Tendo sido adoptado como um instrumento de pesquisa em semiótica, incide principalmente no campo da estruturação da dinâmica do sentido.

O quadro de definição do paradigma comporta um certo número de aspectos que devem ser referidos (Thom, 1982; Demazure, 1989; Desma-

¹ *Stabilité Structurale et Morphogenèse*, Édiscience, Paris, 1972.

² *Physique du sens*, CNRS, Paris, 1992.

rais, 1998). Em primeiro lugar, considera-se um *sistema* como uma entidade dinâmica complexa, descrita por um conjunto de variáveis – um vector – que caracteriza o estado do sistema. Esse vector comporta duas ordens de variáveis diferentes: variáveis internas e variáveis ambientais ou externas (também designadas por parâmetros) – considera-se que estas últimas mudam mais lentamente que as primeiras, e portanto que é lícito, em primeira aproximação, estabelecer a dependência funcional das primeiras (internas) em ordem às segundas (externas). O sistema é assim identificado pelo conjunto dos estados em que se pode admitir a sua existência: o espaço dos estados. Em segundo lugar estabelece-se um postulado determinista: o sistema é governado por uma dinâmica de gradiente derivada de uma função potencial. O sistema constitui-se assim como um ideal associado a uma forma pré-existente que o determina – a função potencial. A determinação actualiza-se por via da mediação de um agente, o operador gradiente, que induz uma transição de estados, excepto quando se anula.

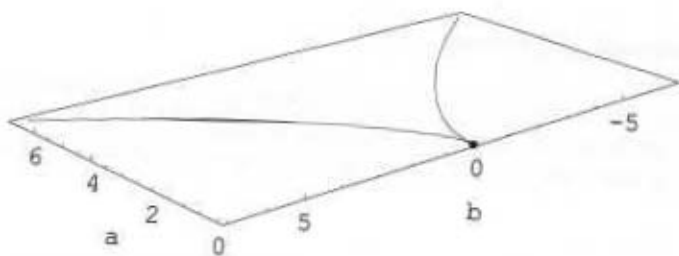
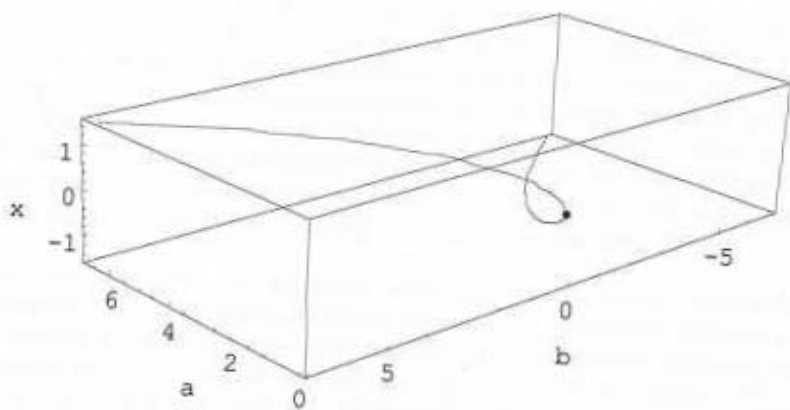
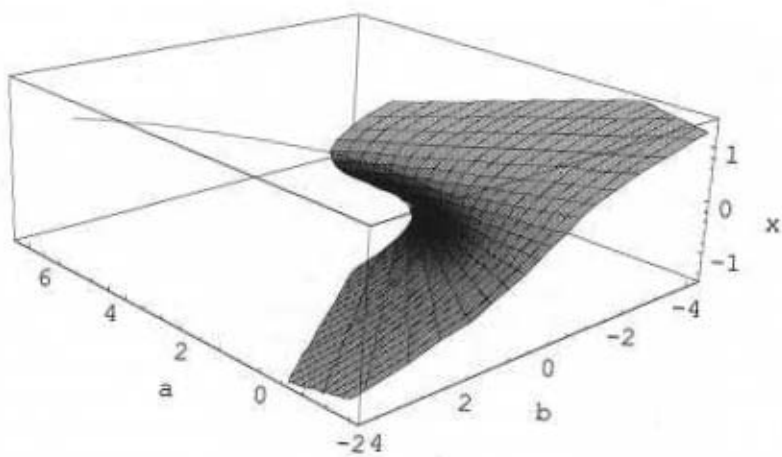
Dentro deste quadro existe pois um conjunto notável, o conjunto dos pontos de equilíbrio, aqueles onde o sistema ideal permaneceria indefinidamente. De entre os pontos de equilíbrio, a classificação mais simples distingue entre os instáveis e os (assintoticamente) estáveis. Os primeiros correspondem a estados que permaneceriam imutáveis, se não fossem perturbados, mas que não resistem minimamente a qualquer perturbação. Os segundos são os estados que resistem, em alguma medida, a perturbações, e o sistema perturbado tende a regressar ao estado de equilíbrio.

Fazendo depender as variáveis internas do sistema das variáveis ambientais ou externas, obtém-se uma indexação dos estados de equilíbrio do sistema aos valores que as referidas variáveis ambientais podem tomar, definindo assim um conjunto no espaço dos estados, que se designa por *variedade dos equilíbrios*, decomponível em dois conjuntos disjuntos de pontos; os pontos *regulares* e os pontos *singulares*. O conjunto dos pontos de equilíbrio singulares projectado no espaço dos parâmetros constitui o conjunto catastrófico.

A catástrofe ruga (fronce)

Na figura seguinte ilustra-se a superfície que corresponde ao gráfico da variedade dos equilíbrios, designada de ruga, e as curvas representadas são o bordo da ruga, e a sua projecção no plano da base, a cúspide ³.

³ cf. *Enciclopédia Einaudi* – vol. 4 *Local-Global*, p. 41, IN-CM, 1985.



O ponto de cuspide

O ponto de ruga, projectado, designa-se ponto de cuspide. É este ponto que separa o domínio de qualificação do «desastre económico» e o seu efeito perlocucionário do domínio da sua resolução terapêutica – algo como uma naturalização das fases negativas, obtida pela retórica da linguagem, que eufemisticamente redefine cada uma das fases desse ciclo. A teoria das catástrofes e em particular a catástrofe da ruga fornece um modelo heurístico pertinente daquilo a que se pode chamar a retórica da atenuação. Em relação ao problema representado no texto (em que o que está em causa é a qualificação das fases negativas dos ciclos económicos) propõe-se a seguinte interpretação: com esta estratégia discursiva pretendem os economistas, por um lado esbater o efeito desestabilizador, que comportam as fases negativas dos ciclos económicos que entraram em turbulência, e por outro lado restabelecer o contrato de confiança (a fidúcia) entre os agentes económicos implicados no sistema de trocas e de valores.



Veremos como a catástrofe ruga e o ponto de cuspide têm o seu correspondente nos esquemas tensivos da amplificação e da atenuação da semiótica tensiva.

A questão do valor e a teoria semiótica do valor

No seu artigo da *Encyclopédie Universal* consagrado à relação entre a lei moral e a ética, Paul Ricoeur nota que a noção de valor é «a cruz dos

filósofos»⁴. Foi contra o idealismo (a ética do dever e do universal) que Nietzsche acentuou a noção de valor, sublinhando o seu carácter relativo e histórico. É claro que a origem do conceito de valor é económica. O valor económico dum objecto é fruto da sua estimação em vista à sua integração num sistema de trocas. O alemão Simmel, no campo da sociologia, fez da teoria do valor uma teoria das pulsões em presença de uma privação ou de uma falta. O valor é o preço a pagar para satisfazer o seu desejo de ter acesso ao prazer. É a falta que funda a interacção e a troca. O dinheiro é encarado aqui como mediador do desejo, ao contrário da tradição económica que o encara na lógica do valor de uso e do valor de troca⁵.

Há uma forma semiológica (hipocrática) de tratar as crises, recorrendo aos conceitos de «estado de saúde», incubação, paroxismo, intervenção terapêutica. A expressão «correção de crescimento» ou «reajustamento gradual» (hoje falar-se-ia de «correção técnica»), v.g. com que analisa o texto de Galbraith, corresponde à fase terapêutica que restabelece a «saúde» do corpo económico doente. O que está em causa em qualquer «crise» é a estabilidade do sistema de valores. Se é o valor «poder» que orienta, essencialmente, as actividades do campo político, no campo religioso o valor em referência a que as actividades se organizem e se desenvolvam é o da «salvação». Já no campo económico o valor em referência são os bens e serviços. Em período normal, o fundamento fiduciário assenta no «crédito». Os últimos garantes são as instituições (públicas ou privadas) que guardam esses valores. Uma crise social, ao manifestar súbita e violentamente uma ruptura de equilíbrio, pode ser interpretada como um processo de substituição, dos esteios fiduciários em queda por seguranças meta-fiduciárias destinadas em grande parte a criar um regime de troca que permita evitar que os signos (moeda, «liquidez») e os fundamentos fiduciários atinjam o limiar para lá do qual ela seria irreversível. Uma crise económica manifesta-se como uma ruptura de equilíbrio entre os valores (bens e serviços), o «crédito», a segurança (o ouro, por exemplo) e os garantes (aparelho de Estado, instâncias transnacionais) que canalizam, filtram, validam, controlam⁶.

O campo da fidúcia é um campo coextensivo ao campo semiótico, na medida em que concerne à emergência e à circulação do valor. O campo da fidúcia confina com o campo da fé, logo da relação entre destinador e desti-

⁴ Paul Ricoeur, *Avant la loi morale: l'éthique*, in *Encyclopédie Universalis*.

⁵ Simmel, 1987, 1.ª ed. em alemão, 1990.

⁶ A. Béjin, «Crise des valeurs, crise des mesures», *Communications*, n.º 25, p. 56.

natário, como Greimas o sugeria num artigo famoso ⁷. Este autor afirma a equivalência entre dois «indizíveis», o indizível dos valores existenciais e o indizível dos valores no sentido estrutural do termo (Petitot: 1985d). Os valores linguísticos são puramente diferenciais e «vazios» de conteúdo. Os valores narrativos são imanentes ao devir do sujeito e à sua demanda do «sentido da vida». Os valores estruturais (valores definidos por um sistema de traços diferenciais) são virtuais. Só se actualizam para um sujeito através da sua axiologização e do seu investimento tímico. Tornam-se então valores axiológicos (existenciais) que desencadeiam os programas de realização (de conjunção) que descreve a sintaxe actancial. Num primeiro tempo, por axiologização e investimento tímico, os valores estruturais tornam-se pregnâncias subjectivas, num segundo tempo, estas investem-se em objectos. Os actantes-objectos não são em si valores. São apenas os seus «suportes» e só enquanto «investidos» se tornam objectos significantes, objectos de «desejo». Os valores podem ser identificados, ao nível da conversão modal, com os limiares que separam os actantes-sujeito dos actantes-objecto, havendo por isso, de certo modo, dualidade entre valores e actantes. J. Petitot mostra como se actualiza a relação S/O: a) uma disjunção SVO, que se traduz catastroficamente pela aparição de um limiar entre S e O, equivale a uma actualização de valor; b) uma conjunção SLO que se traduz catastroficamente pela bifurcação de O, logo pelo colapso do seu lugar com o limiar, equivale a uma integração de valor por S, i.é. a uma realização; c) na correspondência bio-linguística com a semiótica, o valor traduz a estabilização do limiar, a intencionalidade activa S → O e o espaço intermediário que separa S de O.

R. Pottier propõe uma variante ao modelo actancial de Greimas em que o valor do objecto não seria apenas determinado pelo destinador, i.e. um terceiro transcendente (Deus, o rei, o mestre, etc.), mas por um terceiro imanente, o detentor actual do objecto. Porque, diz ele, evocando o *Essai sur le don* de M. Mauss, quando poderia ter evocado R. Girard, mostrou que o valor dum objecto depende menos das suas propriedades intrínsecas do que do facto da sua posse. O que é essencial no homem não é a relação dual entre um sujeito e um objecto, que define a necessidade em sentido estrito, mas a relação triangular entre dois sujeitos e um objecto que caracteriza o desejo propriamente dito. J. Petitot vai mais longe ainda, pois que para ele o anti-sujeito faz o mesmo jogo que o sujeito, sendo apenas tomadas em consideração as suas realizações polémicas pela posse do objecto ⁸.

⁷ A. J. Greimas, «Le savoir et le croire: un seul univers cognitif», in *Du sens II*, Paris, Seuil, 1983, pp. 115-133.

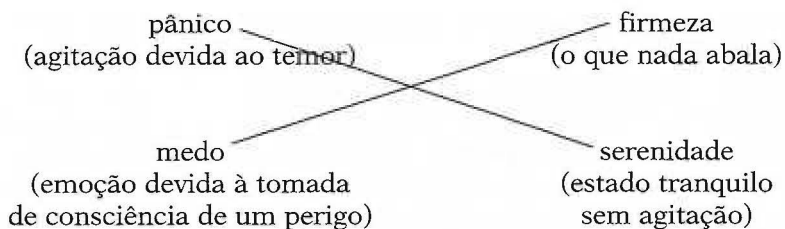
⁸ Lucien Scubla, *Lire Lévi-Strauss*, Paris, Odile Jacob, 1998, p. 224.

Mais perto de nós, J. Fontanille e C. Zilberberg propõem-se analisar a questão do valor a partir do conceito de tensivo, e colocando a aparição dos valores sob o controlo das valências⁹. O valor é uma função que associa as duas valências (functivos do valor). O valor dos objectos deve-se tanto à intensidade, à quantidade, ao aspecto ou ao tempo da circulação destes objectos, como aos conteúdos semânticos e axiológicos que fazem deles «objectos de valor». Os universos de valores são regulados no espaço tensivo por dois tipos de valências: as valências de intensidade (energias em conflito) e as valências quantitativas (problema mereológico). Os valores são graduais e da ordem da «tonicidade», sendo a sua correlação sempre tensiva. Partindo de duas dimensões, intensidade e extensão, consideradas como graduais, Fontanille representa-as como o conjunto dos pontos de um espaço submetido a dois eixos de controlo. «Globalmente, o sistema de valores resulta da conjugação de um fito e de uma apreensão, uma apreensão que guia a atenção sobre uma primeira variação, dita *intensiva*, e uma outra que põe em relação esta primeira variação com uma outra, dita *extensiva*, e delimita assim os contornos comuns dos seus domínios de pertinência respectivos»¹⁰. O processo de formação dos valores corresponde à passagem da substância à forma: do sensível – percebida, sentida, pressentida – ao inteligível – compreendida, significativa. A substância é o lugar das tensões intencionais, dos afectos e das variações de extensão e de quantidade; a forma é o lugar dos sistemas de valores e das posições inter-definidas (*Ibidem*).

A confiança tem por seu *vis-à-vis* o *temor* que nos coloca de imediato na dimensão patémica desta figura. As figuras, como se sabe, agrupam-se por configurações. Ora, é exactamente uma figura proprioceptiva, a *agitação* se destaca no texto que temos diante dos olhos. As estruturas elementares (tímicas) da confiança podem dispor-se deste modo: o contrato fiduciário assenta na crença no valor. Quando o sistema de valores entra em declínio, o Destinator, através da manipulação, terá de negociar a passagem à acção do Destinatário, isto é, a sua conversão em Sujeito. Se o valor se degrada, cabe ao Destinator reactivá-lo para gerir a emoção que essa degradação pode ter sobre os intervenientes no contrato, impondo um novo equilíbrio entre o sensível e o inteligível. Representemos a estrutura elementar da agitação:

⁹ Jaques Fontanille/Claude Zilberberg, *Tension et signification*, Mardaga, 1998, pp. 30-43. Vd. dos mesmos autores, *Valence /Valeur*, NAS n.º 46-47, 1996.

¹⁰ Jacques Fontanille, *Sémiotique du Discours*, PULIM, 1998, p. 39.



O percurso fiduciário exprime os estados de vai-e-vem patéticos vividos pelos sujeitos. A tradição semiótica distingue (1) as transformações que relevam do desejo e da busca, que associam o Sujeito e o Objecto, e (2) as transformações que relevam da comunicação, que associam o destinador e o destinatário. Jacques Fontanille e Claude Zilberberg fazem derivar directamente os actantes transformacionais a partir dos actantes posicionais. Assim o par Sujeito/Objecto é o homólogo do par fonte/alvo (o sujeito visa e capta o objecto), da mesma maneira que o par destinador/destinatário (o destinador visa e apropria-se do destinatário ao comunicar-lhe o objecto); finalmente, o par destinador/destinatário faz o papel de actante de controle (porque define o valor) relativamente ao par sujeito/objecto ¹¹.

A esquematização da crise

Os discursos aparecem-nos em cadeia, no interior de outros discursos a que se referem sempre. Cada discurso-ocorrência é já a ocasião de um conjunto de actos de linguagem, encadeados e sobrepostos uns aos outros. É através da *praxis* enunciativa – como conjunto aberto de enunciações em cadeia – que cada enunciação singular emerge. Ao fim e ao cabo, os discursos *esquematisam* aquilo a que se referem, projectando formas inteligíveis que nos permitem construir a sua significação. Um esquema discursivo é então uma forma inteligível que não rompeu com o universo do sensível: cada acto de enunciação reactiva esta dimensão. J. Fontanille distingue dois tipos de esquemas de discurso: a) os esquemas *tensivos* serão esquemas que regulam a interacção do sensível e do inteligível, as tensões e as distensões que modulam esta interacção; b) os esquemas *canónicos* serão esquemas que conjugam e encadeiam vários esquemas tensivos, sob uma forma fixa e imediatamente reconhecível num dada cultura ¹². Os esquemas

¹¹ Jaques Fontanille/Claude Zilberberg, *Tension et signification*, Mardaga, 1998, p. 158.

¹² O termo de *esquematismo* na tradição que vem de Kant, designa a mediação entre o conceito e a imagem e, mais geralmente, entre as categorias do entendimento e os fenómenos sensíveis. Cassirer, em *La philosophie des formes symboliques*, faz deste papel a função central

discursivos são, pois, movimentos orientados para uma tensão maior ou uma maior distensão.

Fontanille distingue quatro tipos de movimentos: o *esquema descendente* ou *esquema de decadência* (a baixa da intensidade, conjugada com o desenvolvimento da extensão, permite uma distensão cognitiva); o *esquema da ascendência* (o aumento da intensidade, conjugado com a redução da extensão, permite uma tensão afectiva); o *esquema da amplificação* (o aumento da intensidade, conjugado com o desenvolvimento da extensão permite uma tensão afectivo-cognitiva); o *esquema da atenuação* (a baixa da intensidade, conjugada com a redução da extensão, permite uma distensão geral) (*Ibidem*: 104). Não é difícil reconhecer na descrição que faz Galbraith da Grande Depressão os esquemas discursivos apontados por Fontanille. A tragédia do *crack* bolsista encadeia três cenários tensivos sucessivos: o esquema ascendente, quando se desenrola o drama, o esquema de atenuação, quando os conflitos se pacificam e o esquema de amplificação através do qual a catástrofe chega e se generaliza.

Da Idade Dourada à Grande Depressão

Nesse tempo, isto é, nos últimos anos do século passado e na primeira década do presente, viviam os ricos a sua idade de ouro. O sistema padrão-ouro tornava simples e seguras as relações entre as moedas de diferentes países. Depois vem o «desastre económico» e com ele o «pânico». Questão de nomenclatura que a sócio-linguística pode descortinar. Neste processo, não há dúvida que os jornais têm um papel determinante na definição da catástrofe. Galbraith cita um jornal que analisa a crise deste modo: «paira sobre nós uma nuvem mais negra do que jamais viram os homens mais velhos. A última guerra foi um pôr do Sol comparada com estes tempos». O *Herald* de Nova Iorque concluía que «os Estados Unidos nunca passaram por uma situação tão perigosa como neste momento» (p. 109).

A língua está a tornar-se «agente dos interesses económicos». É a língua que vai funcionar como sujeito-delegado do Destinador que representa estes «interesses económicos», convertendo sucessivamente a modulação de cada fase de restauração do abalo na confiança. Como é sabido, na comunicação é o destinatário ou o observador que ocupa as funções de controle. A língua aqui ocupa sucessivamente o papel de sujeito, destinatário e adjuvante no processo de transformação das várias figuras da

da linguagem: «A linguagem (...) possui também um esquema, a que deve referir todas as representações intelectuais para as tornar apreensíveis e representáveis pelos sentidos» (tomo 1, p. 154).

«crise». O dever do objecto de valor passa por duas fases: (1) aquela em que os valores são encarnados em objectos, (2) aquela em que os valores são propostos, garantidos, trocados e postos em circulação. O sujeito visa e apropria-se do objecto, o destinador propõe-no ao destinatário. «Paragem» é igual a «crise», depois a «crise» converte-se em «depressão» e esta em «recessão». Depois da «recessão», um «reajustamento gradual». Minorar os efeitos que as palavras terríveis têm nos receptores, eufemizando-as, é esse o papel da língua.

Reconhecem-se facilmente dois programas narrativos em presença: instalar o pânico vs combater o pânico. Para repor a tranquilidade, minimizar o abalo na confiança, um actante sincrético (economistas, homens de negócios, banqueiros, semânticos economistas, funcionários públicos) propõe-se explicar a estratégia discursiva que implica uma reposição permanente da linguagem visando intervir na definição da realidade. «Isto não é isto». Se a crise tem uma conotação trágica, expliquemo-la em termos de «paragem na evolução económica»; em vez de «pânico», falemos, num primeiro momento, de crise. Mas se a crise tem essa conotação pesada, aliviemos-lhe essa conotação e chamemos-lhe «depressão». Veio a Grande Depressão, esse terrível desastre. Mas logo os «semânticos economistas» lhe deram uma redefinição semântica nova: chamemos-lhe «recessão». A «recessão» é afinal um movimento de efeitos secundários, um reajustamento gradual.

A ideia de turbulência e de complexidade percorre hoje o conjunto das disciplinas. A modernidade caracteriza-se, com efeito, por um conjunto de contradições e pela dinâmica e as turbulências que daí resultam: «a acção paradoxal e contraditória do dinheiro é constitutiva da modernidade mercantil e do aprovisionamento de massa»¹³. A crise acaba por ser definida em termos de «ciclos», movimento ondulatório, característico da vida e do desenvolvimento económico. A «crise» é afinal um estado normal do campo económico feito de sucessão de pânicos e de crises, como já Marx ensinava. Um ciclo económico é como um movimento ondulatório. «Crista», «onda», «serrote» são figuras com que Galbraith ilustra esse processo (Cf. p. 105). Nas crises de pânico reconhecem-se duas constantes: expansão e especulação, esta ligada à noção de expectativa (p. 107). Estão esboçadas as linhas de orientação curativa: exorcizar o desastre económico, dizendo que ele não existe, recorrer ao conforto religioso. Se há uma moral da história é esta: estamos sempre a cair. O problema não está na queda, mas na refiguração da queda. A sabedoria estará em saber navegar na variedade dos equilíbrios, sem activar em excesso a «agitação» e os seus efeitos patémicos.

¹³ Jean-Pierre Warnier, *Construire une culture matérielle*, Paris, PUF, 1999, p. 140.

É esse o golpe de génio do Destinator: deslocar o ponto de equilíbrio entre forças antagónicas, minimizando o alcance da «crise, intervindo nos ritmos da «crise», que ora são lentos, ou rápidos – a figura do colapso (*krack*) e rarefazendo a sua energia semântica e afectiva. Contrariamente à opinião de que as palavras não criam realidade, esta operação linguística de desactivação do efeito de retroacção subjectiva prova que não há estabilização da economia real que não passe, de facto, pelas palavras.